

CIÊNCIA, MORAL E BEM PÚBLICO: REFLEXÕES SOBRE O CONHECIMENTO A SERVIÇO DA SOCIEDADE EM ROUSSEAU E MERCIER ¹

SCIENCE, MORALITY, AND THE PUBLIC GOOD: REFLECTIONS ON KNOWLEDGE SERVING SOCIETY IN ROUSSEAU AND MERCIER

RENATO MOSCATELI

Doutor em Filosofia – Universidade Estadual de Campinas

rmoscateli@hotmail.com

RESUMO

Rousseau tornou-se famoso por suas fortes críticas aos males advindos das relações sociais, entre eles os que teriam sido causados pelos progressos das ciências e das artes ao longo dos séculos, os quais não foram seguidos, na exposição feita pelo filósofo em seu *Primeiro Discurso*, por avanços nos campos da moral e da política. Assim, as formas de civilidade dos povos modernos lhe pareciam eivadas de corrupção em diversos modos, algo que as ciências e as artes não apenas ajudavam a agravar, mas igualmente a ocultar com “guirlandas de flores” sobre as correntes da servidão, como na célebre imagem do *Discurso*. Porém, se esse diagnóstico negativo parece prevalecer na obra do genebrino, ele não deixa de ser tensionado pelo autor com uma perspectiva instigante que, próxima à conclusão do texto, destaca as academias como uma maneira de combater os prejuízos que as ciências e as artes geravam, extraindo o remédio a partir da própria origem do mal a ser combatido. Caso essas instituições fossem apoiadas pelos governantes e dirigidas por sábios verdadeiramente imbuídos do desejo de contribuir para a felicidade dos povos, as ciências e as artes por elas difundidas se uniriam à virtude e seriam fontes de “luzes agradáveis” e de “instruções salutares” para o gênero humano, segundo o pensador. Mesmo que fossem paliativos no contexto mais amplo de um cenário histórico muito distante dos valores políticos e morais nutridos por Rousseau, o destaque dado a essas iniciativas nos estimula a discutir a complexidade das ideias do filósofo acerca do papel social das ciências e das artes, indo além do mero discurso condenatório e abarcando novos elementos em outros de seus textos. E nesse sentido, também nos permite fazer algumas pontes com o estudo da obra de um outro autor cuja escrita foi, em vários aspectos, inspirada em Rousseau, o francês Louis-Sébastien Mercier. Em sua ficção futurista *O Ano 2440*, ele delineou o cenário de uma sociedade aperfeiçoada pela concretização de ideais da filosofia das Luzes, o que teria conduzido a um regime republicano na França, assim como a consideráveis melhoramentos nas condições de vida da população, sobretudo por uma organização mais racional dos recursos e espaços disponíveis. Na utopia sonhada por Mercier, os saberes científicos avançaram muito e foram aliados à formação moral dos cidadãos, como no caso das crianças cuja educação era feita tendo a *Enciclopédia* de Diderot e d’Alembert como cartilha elementar, ou dos adolescentes que eram ensinados a perspectivar o lugar do ser humano na ordem do universo ao contemplarem, com o telescópio e o microscópio, os “dois infinitos” da natureza. Então, analisando esses e outros usos da ciência e da tecnologia a serviço da sociedade, tais como retratados por Mercier, podemos refletir junto com ele e com Rousseau sobre a importância desses conhecimentos e instrumentos para o bem público, especialmente em nossa época marcada por práticas de negacionismo científico e desinformação.

Palavras-chave: Rousseau. Mercier. Ciência. Moral. Política.

¹ Recebido em 02/09/2025. Aprovado em 17/10/2025.



ABSTRACT

Rousseau became famous for his strong critiques of the evils arising from social relations, including those allegedly caused by the progress of sciences and arts throughout the centuries, which, as the philosopher argued in his *First Discourse*, were not accompanied by advancements in the fields of morality and politics. Thus, the forms of civility of modern peoples seemed to him tainted by corruption in various ways, something that the sciences and arts not only helped to aggravate but also to conceal with "garlands of flowers" over the chains of servitude, as in the Discourse's famous image. However, while this negative diagnosis appears to prevail in the Genevan's work, it is equally challenged by the author with an intriguing perspective which, near the text's conclusion, highlights academies as a way to combat the harms generated by the sciences and arts, drawing the remedy from the very source of the evil to be fought. If these institutions were supported by rulers and led by scholars genuinely imbued with the desire to contribute to the happiness of the people, the sciences and arts diffused by them would unite with virtue and become sources of "agreeable lights" and "salutary instruction" for humankind, according to the thinker. Even if they were palliative measures in the broader context of a historical scenario far removed from the political and moral values nurtured by Rousseau, the emphasis placed on these initiatives encourages us to discuss the complexity of the philosopher's ideas regarding the social role of science and art, moving beyond mere condemnation and incorporating new elements found in his other texts. In this regard, it also allows us to build bridges with the study of the work of another author whose writing was, in many aspects, inspired by Rousseau: the Frenchman Louis-Sébastien Mercier. In his futuristic fiction *The Year 2440*, he outlined the scenario of a society perfected by the realization of Enlightenment ideals, which would have led to a republican regime in France, as well as considerable improvements in the population's living conditions, especially through a more rational organization of resources and available spaces. In the utopia dreamed up by Mercier, scientific knowledge advanced significantly and was allied with the moral formation of citizens, as in the case of children whose education used Diderot and d'Alembert's *Encyclopédie* as an elementary primer, or teenagers who were taught to contextualize the human place in the order of the universe by contemplating, with the telescope and the microscope, the "two infinities" of nature. Therefore, by analyzing these and other uses of science and technology in the service of society, as portrayed by Mercier, we can reflect alongside him and Rousseau on the importance of this knowledge and these instruments for the public good, especially in our era marked by practices of scientific denialism and disinformation.

Keywords: Rousseau. Mercier. Science. Morality. Politics.

1. INTRODUÇÃO²

Rousseau tornou-se famoso por suas fortes críticas aos males advindos das relações sociais, entre eles os que teriam sido causados pelos progressos das ciências e das artes ao longo dos séculos, os quais não foram seguidos, na exposição feita pelo filósofo em seu *Primeiro Discurso*³, por avanços nos campos da moral e da política. Assim, as formas de civilidade dos povos modernos lhe pareciam eivadas de corrupção em diversos modos, algo que as ciências e as artes não apenas ajudavam a agravar, mas igualmente a ocultar com

² Agradeço à Faculdade de Filosofia da UFG pelo financiamento de minha participação nos eventos da UFMA, a qual se deu por meio da apresentação, em uma mesa-redonda, da versão preliminar deste trabalho.

³ Trata-se do texto submetido por Rousseau ao concurso aberto pela Academia de Dijon em 1749, o qual ganhou o prêmio e foi publicado no ano seguinte.

“guirlandas de flores” sobre as correntes da servidão, como na célebre imagem do *Discurso*. Porém, se esse diagnóstico negativo parece prevalecer na obra do genebrino, ele não deixa de ser tensionado pelo autor com uma perspectiva instigante que, próxima à conclusão do texto, destaca as academias como uma maneira de combater os prejuízos que as ciências e as artes geravam, extraíndo o remédio a partir da própria origem do mal a ser combatido. Certamente, essa menção mais positiva às academias pode ser abordada de diferentes modos, seja no interior do próprio *Discurso*, seja no quadro mais abrangente das obras de Rousseau. Neste trabalho, meu objetivo é tomá-la como um estímulo para discutir a complexidade das ideias do filósofo acerca do papel social das ciências e das artes, indo além do mero discurso condenatório, abarcando ainda novos elementos em outros de seus textos. E nesse sentido, também farei algumas pontes com o estudo da obra de um outro autor cuja escrita foi, em vários aspectos, inspirada em Rousseau, o francês Louis-Sébastien Mercier⁴. Em sua ficção futurista *O Ano 2440*, ele delineou o cenário de uma sociedade aperfeiçoada pela concretização de ideais da filosofia das Luzes, o que teria conduzido a um regime republicano na França, assim como a consideráveis melhoramentos nas condições de vida da população, sobretudo por uma organização mais racional dos recursos e espaços disponíveis. Na utopia republicana sonhada por Mercier, os saberes científicos avançaram muito e foram aliados à formação moral dos cidadãos. Então, analisando esses e outros usos da ciência e da tecnologia a serviço da sociedade, tais como retratados por Mercier, minha proposta é refletir junto com ele e com Rousseau sobre a importância desses conhecimentos e instrumentos para o bem público, especialmente em nossa época marcada por práticas de negacionismo científico e desinformação.

1.1 Rousseau: a crítica às ciências e às artes e o elogio das academias

A fim de alcançar o objetivo proposto, é preciso começar pela análise do *Primeiro Discurso*. Entretanto, não pretendo reconstituir aqui todo o percurso seguido por Rousseau para fundamentar sua resposta à Academia de Dijon acerca da questão de se o restabelecimento das ciências e das artes contribuiu para aprimorar os costumes, resposta que, como é bem conhecido pelos estudiosos do autor, foi pela negativa⁵. Dado que desejo me concentrar menos no que haveria de problemático nelas segundo Rousseau, e mais no

⁴ As influências rousseauianas sobre as ideias de Mercier não se restringem a *O Ano 2440*, mas também podem ser vistas em outros textos do autor, tais como a obra *De J.-J. Rousseau considerado como um dos primeiros autores da Revolução*, de 1791. A esse respeito dessas influências, ver os comentários de Robert Darnton (1998).

⁵ Existe uma vasta bibliografia sobre as críticas de Rousseau às ciências e às artes. A título de sugestão, indico os textos de Goldschmidt (1983), Starobinski (1991; 2001) e Strauss (1947).

potencial que ele parece ter visto nesses saberes para exercerem um papel distinto daquele denunciado, irei mais diretamente ao ponto da segunda parte do *Discurso* em que esse tópico começa a ser explicitado. Nesse momento, o filósofo lamenta que entre as obras artísticas mais admiradas pelo público estavam as que representavam “desvarios do coração e da razão” (Rousseau, 1964, p. 25)⁶ inspirados em antigas mitologias e próprios a servir de modelos de más ações até mesmo para os jovens, em vez de retratar exemplos de virtude e de cidadania que deveriam ser louvados. E uma das razões centrais para isso estava na “funesta desigualdade introduzida entre os homens pela distinção dos talentos e pelo aviltamento das virtudes” (Rousseau, 1964, p. 25), a qual fazia com que as qualidades estéticas e as aparências fossem mais relevantes do que o bem moral. “Não se pergunta mais, sobre um homem, se ele tem honestidade, e sim se ele tem talentos”, lamenta Rousseau; nem se pergunta, “de um livro, se ele é útil, e sim se é bem escrito” (1964, p. 25). Diante disso, desestimulado por uma distribuição tão perversa da estima pública, em vez de se dedicar a buscar a glória colocando sua virtude a serviço da sociedade, o sábio “cai na indolência e desaparece na miséria e no esquecimento” (Rousseau, 1964, p. 26), abdicando assim de contribuir para a felicidade de seus concidadãos.

Todavia, esse triste quadro geral passa então a ser contraposto por Rousseau ao de certos casos excepcionais que podiam ser encontrados na França de sua época, justamente aqueles que abarcavam as academias, tais como a que havia proposto o concurso ao qual o *Discurso* do genebrino se dirigia. Assim, essas instituições aparecem como uma possibilidade de combater os malefícios que as ciências e as artes normalmente traziam aos povos que as cultivavam, uma vez que tinham nascido de uma iniciativa política voltada a direcionar a atividade dos sábios em prol de finalidades mais condizentes com o bem público. Conforme Rousseau descreve essa iniciativa do rei Luís XIV, “do próprio seio das ciências e das artes, fontes de milhares de desregramentos, esse grande monarca, cuja glória apenas brilhará cada vez mais com o passar do tempo, extraiu essas sociedades célebres, encarregadas tanto do perigoso depósito dos conhecimentos humanos quanto do depósito sagrado dos costumes, pelo cuidado que têm de manter em si toda a pureza deles, e de exigi-la dos membros que recebem” (1964, p. 26). Criadas a partir do século XVII⁷, as academias reuniam intelectuais que, sob os auspícios do Estado, eram responsáveis por dirigir a produção artística e científica

⁶ As traduções das citações de obras referenciadas em edições de língua estrangeira são de minha responsabilidade.

⁷ Para mais detalhes sobre o processo de instituição das academias no século XVII, ver Apostolidès (1993).

no interior do reino⁸. Na perspectiva rousseauiana, o que se esperava dessas comunidades de sábios era o desempenho de uma função importantíssima: zelando pela geração e a difusão dos conhecimentos e das técnicas, elas poderiam impedir a sua má utilização, ao mesmo tempo que garantiriam que a sociedade não seria privada de suas benesses. Como bem salientou Jean Starobinski, Rousseau apela para a imagem do remédio que é extraído do próprio veneno para caracterizar as academias, visto que elas seriam grupos seletos de indivíduos – “ilhas de transparência” – dedicados ao cultivo das artes e das ciências, cuja integridade moral providenciaria um antídoto à corrupção social:

Tal como ele [Rousseau] os idealiza, os membros das academias possuem um saber autêntico e pleno, radicalmente diferente da “vã ciência” que denunciou, e que é praticada pelos “charlatães”: esta, ilusória e pretensiosa, não tem do saber mais do que a aparência, e propaga ao seu redor, como uma epidemia, a divisão entre o ser e o parecer. A verdadeira ciência dos acadêmicos repara, entre estes ao menos, a ruptura ontológica, supera a alienação e restaura a unidade da aparência externa e da realidade interna (2001, p. 165).

Ainda que se possa pôr em questão o quão sincero seria o elogio de Rousseau a esses sábios, colocado em um texto que concorria a um prêmio oferecido por uma academia⁹, não deixa de ser relevante o modo como o autor já antecipa nesse momento algo que reapareceria em outras de suas obras, a saber, a ideia de que os interesses particulares precisam de algum tipo de orientação política para guiá-los em vista de objetivos compartilhados e mais elevados. Tal ideia atingirá sua formulação mais poderosa na concepção do Legislador apresentada no *Contrato Social*, aquela figura extraordinária que assume a tarefa de fazer com que os membros de um povo vejam “os objetos tais como são, às vezes tais como devem lhe parecer”; pois cabe ao Legislador mostrar ao povo “o bom caminho que ele busca, protegê-lo da sedução das vontades particulares, aproximar de seus olhos os lugares e os tempos, equilibrar o atrativo das vantagens presentes e sensíveis com o perigo dos males distantes e ocultos”, de modo que as “luzes públicas” produzam a “união entre o entendimento e a vontade” necessária ao fortalecimento do corpo social (Rousseau, 1964, p. 380). Certamente, não faria sentido imaginar que Rousseau teria visto nos monarcas franceses todas as grandes qualidades que ele atribuiu aos Legisladores – tanto no plano ideal quanto em seus exemplos históricos (Moisés, Numa, Licurgo) –, mas, guardadas as devidas diferenças, pode-se entender

⁸ A Academia Francesa foi fundada em 1634 pelo cardeal Richelieu, para promover a língua e a literatura do país. A Academia Real das Ciências da França foi fundada em 1666 por Colbert, contando com o apoio da coroa para incentivar os avanços dos vários ramos científicos. No âmbito das artes plásticas, a Academia Real de Pintura e de Escultura da França foi instituída em 1648 por Luís XIV. Já a Academia das Ciências, Artes e Belas Letras de Dijon foi fundada em 1725 por Hector-Bernard Pouffier, membro do Parlamento de Borgonha.

⁹ Deve-se notar que esse elogio foi mantido por Rousseau mesmo depois de ter vencido o prêmio da Academia de Dijon, em sua réplica às críticas emitidas por Estanislau I Leszczyński – que durante pouco tempo havia sido rei da Polônia – ao *Primeiro Discurso* (ver Rousseau, 1964, p. 56).

que a instituição das academias pelos governantes constitui um tipo de intervenção política que também busca, dentro de certos limites, fazer com que nelas as vontades particulares dos indivíduos dedicados ao cultivo das artes e das ciências não se focassem apenas em disputas egoístas por glória e pensões, e sim que convergissem para o bem da sociedade. Procurando alcançar a honra de compor uma dessas academias, os homens de letras, diz Rousseau, se esforçariam para “se tornar dignos disso por meio de obras úteis e de costumes irrepreensíveis”, tornando-se exemplos para “reanimar o amor pela virtude no coração dos cidadãos”, e assim essas sociedades de sábios se devotariam “a lançar sobre o gênero humano não somente luzes agradáveis, mas também instruções salutares” (1964, p. 26-27).

Um pouco mais adiante no *Discurso*, depois de ter reafirmado os cuidados exigidos para evitar os males que a difusão dos saberes – incluindo a Filosofia – causa quando desprovida de preocupações com as verdadeiras necessidades e a felicidade dos povos, Rousseau aponta novamente a centralidade da política para lidar com essa questão, mas dessa vez enfocando a posição que os próprios homens de letras poderiam ter junto aos governos. Nesse momento, Cícero e Bacon são evocados como exemplos de grandes sábios que também atingiram posições importantes em seus respectivos Estados, o primeiro como cônsul da república romana, o segundo como chanceler da monarquia inglesa. “Então”, escreve o genebrino,

que os reis não desdenhem admitir em seus conselhos as pessoas mais capazes de aconselhá-los bem. Que renunciem àquele velho preconceito inventando pelo orgulho dos grandes, de que a arte de conduzir os povos é mais difícil do que a de esclarecê-los [...]. Que os sábios de primeira ordem encontrem abrigos honráveis em suas cortes. Que obtenham nelas a única recompensa digna deles, a de contribuir, por sua reputação, para a felicidade dos povos aos quais terão ensinado a sabedoria. É somente então que se verá de que são capazes a virtude, a ciência e a autoridade animadas por uma nobre emulação e trabalhando juntas para a felicidade do gênero humano (Rousseau, 1964, p. 29-30).

Ao colocar as coisas nesses termos, Rousseau retoma um debate bastante antigo a respeito da própria possibilidade de os sábios – isto é, os indivíduos dedicados às atividades intelectuais – serem bem-sucedidos ao agirem politicamente, seja governando, seja aconselhando os governantes, uma discussão pelo menos tão velha quanto *A República* de Platão e sua bela cidade regida pelos guardiões filósofos¹⁰. Sem dúvidas, ele não foi ingênuo

¹⁰ Como se lê no livro V d’*A República* (473d), “Se os filósofos não forem reis nas cidades ou se os que hoje são chamados reis e soberanos não forem filósofos genuínos e capazes e se, numa mesma pessoa, não coincidirem poder político e filosofia e não for barrada agora, sob coerção, a caminhada das diversas naturezas que, em separado, buscam uma dessas duas metas, não é possível, caro Gláucon, que haja para as cidades uma trégua de males e, penso, nem para o gênero humano” (Platão, 2006, p. 211-212). Entre os modernos, esse debate foi retomado na *Utopia*, de 1516, em cujo primeiro livro o autor, Thomas More, desdobra-se em dois personagens – isto é, o da versão literária do próprio More e o do navegador português Rafael Hitlodeu – para apresentar posições antagônicas. Enquanto More cita Platão para defender que os filósofos se dediquem a auxiliar os reis

ao postular essa via de convergência entre virtude, ciência e autoridade, isto é, entre a moral, o saber e a política, pois reconhece que tais campos possuem demandas que não costumam se alinhar facilmente, e por isso afirma que “enquanto o poder estiver sozinho de um lado, e as luzes e a sabedoria sozinhas de outro, os sábios raramente pensarão grandes coisas, os príncipes raramente farão coisas belas, e os povos continuarão a ser vis, corrompidos e infelizes” (Rousseau, 1964, p. 30).

Para os propósitos deste trabalho, meu intuito é pensar acerca desse debate a partir de Rousseau e indo além dele, com enfoque em nossos Estados republicano-democráticos e a relevância dos saberes acadêmicos (ciências e humanidades) na promoção de políticas públicas visando ao bem comum. Minha sugestão é a de que, com base nas ideias contidas no *Discurso* rousseauiano, a defesa de tal relevância é viável e não contraria o que há de essencial nesse texto. Com isso em vista, proponho recuperar alguns elementos da engenhosa interpretação feita por Leo Strauss no artigo *On the intention of Rousseau*, no qual ele sugere que é possível discernir mensagens distintas transmitidas nas páginas do *Discurso*, como se o autor se desdobrasse em dois para atingir públicos diferentes: “quando Rousseau rejeita a ciência como supérflua ou nociva”, escreve Strauss,

ele fala como o personagem de um homem comum endereçando-se a homens comuns, e quando fala como esse personagem, ele não exagera ao rejeitar a ciência de modo absoluto. Porém, longe de ser um homem comum, ele é um filósofo que apenas aparece sob o disfarce de um homem comum: como um filósofo se endereçando a filósofos, ele naturalmente toma o partido da ciência (1947, p. 464).

O comentador avança nessa trilha oferecendo razões para se compreender que Rousseau levou em conta a diversidade dos contextos históricos no intuito de refletir sobre como a ciência – incluindo a própria ciência do direito político à qual o genebrino se dedicou – pode ou não cumprir um papel positivo em cada um deles. Assim, como se vê no *Discurso*, em sociedades caracterizadas por costumes mais simples e rústicos, bem-ordenadas politicamente e nas quais a virtude cívica está fortemente enraizada nos corações das pessoas – a exemplo das repúblicas de Roma e de Esparta idealizadas nas obras de Rousseau –, a difusão das ciências, das artes e da filosofia seria potencialmente disruptiva, uma vez que introduziria o gosto pelo ócio e pelas comodidades, poria em dúvida o que deveria ser sagrado

em suas cortes, pois “[n]enhum dever pode ser maior que este para todo homem de bem” (2004, p. 29), Hitlodeu apresenta uma série de objeções que lhe seriam levantadas caso ele tentasse dar conselhos mais voltados à justiça, à paz e ao bem do povo do que aos interesses dos próprios governantes. “Quando seus ouvintes estão tão profundamente predispostos contra vós e firmemente imbuídos de uma opinião contrária, que bem poderíeis trazer com vossos argumentos, completamente estranhos para eles?”, pergunta o personagem. “Essa discussão acadêmica pode ser muito agradável na intimidade de uma conversa entre amigos, mas num conselho real, onde questões graves e importantes estão sendo decididas por autoridade, não creio haver lugar para ela. [...] Aí está a razão porque eu dizia [...] que não há, na corte, lugar para a filosofia” (More, 2004, p. 38).

e venerável, substituiria a comunicação sincera pela linguagem ardilosa da polidez, destruiria as particularidades nacionais em prol de uma uniformidade de gostos e hábitos, enfim, afastaria as pessoas de seus deveres para com a pátria e favoreceria um domínio despótico dos governantes sobre o povo, ainda que essa submissão fosse disfarçada sob uma aparência de luxo e ostentação. Entretanto, na medida em que um povo já tivesse se afastado bastante dessa simplicidade virtuosa, abre-se a via para se extrair o remédio do próprio mal, como o filósofo também reforçou em uma de suas respostas às críticas recebidas pelo *Primeiro Discurso*.

No final desse texto¹¹, o autor aborda a questão usando a metáfora da intervenção do médico que busca amenizar os males do paciente aplicando os remédios possíveis diante de sua condição. Assim,

[c]abe aos sábios legisladores imitarem sua prudência e, não mais podendo adaptar aos povos doentes a polícia mais excelente, dar-lhes ao menos, como Sólon, a melhor que possam suportar. [...] Quando se trata de estabelecimentos políticos, são o tempo e o lugar que tudo decidem. É preciso, para seus próprios interesses, que os príncipes sempre favoreçam as ciências e as artes; eu já disse a razão disso. E no estado atual das coisas, é preciso também que hoje as favoreçam para o próprio interesse dos povos. Se houvesse atualmente entre nós algum monarca tacanho demais para pensar e agir de modo diferente, seus súditos permaneceriam pobres e ignorantes, e nem por isso seriam menos viciosos (Rousseau, 1964, p. 56-57).

Em outras palavras, como exprime Leo Strauss, em uma sociedade na qual se verifica o “estado de coisas” mencionado por Rousseau, “a ciência é a única coisa que alivia seus males; em tal sociedade, a ciência e a sociedade *são* compatíveis; em tal sociedade, a difusão do conhecimento científico ou, em outras palavras, o ataque aberto a todos os preconceitos é legítimo porque a moralidade social não pode se tornar pior do que já é” (1947, p. 467). Essas observações nos ajudam a entender por que o próprio Rousseau, mesmo fazendo críticas severas aos males advindos das ciências e das artes, dedicou-se tanto a elas em sua trajetória como escritor. Vivendo em uma época marcada por problemas tão grandes, como ele a via, o filósofo se engajou na denúncia dos preconceitos que perpassavam e embasavam o autoritarismo político, a intolerância religiosa¹² e as desigualdades econômicas, sem poupar

¹¹ Trata-se da resposta às observações do rei da Polônia, à qual já se fez menção em nota anterior.

¹² Ao abordar o tema da religião em obras como o *Emílio*, Rousseau recorreu à observação da ordem natural e ao exercício da razão – que são, igualmente, fundamentais ao trabalho científico – como meios para alcançar a verdade acessível aos seres humanos, o que o vigário saboiano explica quando afirma que toda a teologia que foi capaz de adquirir por si mesmo veio do exame do universo e do bom uso de suas faculdades (1969, p. 610). Desse modo, o personagem coloca em questão os milagres como prova da revelação divina, tal como geralmente eram proclamados pelos que buscavam propagar suas próprias crenças recorrendo a poderes sobrenaturais. Alegações desse tipo serviam para espalhar a credulidade e o fanatismo, baseadas apenas no testemunho de algumas pessoas, e não serviam como garantia da veracidade dos fatos nem da autoridade moral de seus pregadores. Tais supostas alterações na ordem natural, aos olhos de Rousseau, pareciam incompatíveis com a vontade de um Deus que organizou o universo dotando-o com leis imutáveis, algo que ele reiterou na Terceira Carta das *Cartas escritas da montanha* (1964, p. 737) para se defender de quem o acusava de negar a ocorrência de milagres. O genebrino então recorre à necessidade do conhecimento exato da natureza para tratar da questão: “Dado que um milagre é uma exceção às leis da natureza, para julgar sobre isso é preciso conhecer essas leis, e

nem mesmo seus pares *philosophes* quando acreditava que eles também propagavam seus próprios preconceitos¹³.

E para darmos um passo além, teríamos de olhar para as diferenças do atual contexto histórico em relação ao do século XVIII. No *Primeiro Discurso*, Rousseau afirma que o espírito e o corpo têm suas necessidades, as quais são os fundamentos da sociedade, e que o governo e as leis providenciam a segurança e o bem-estar dos homens reunidos (1964, p. 6-7), como ele também reafirmará no verbete sobre a “Economia política” da *Encyclopédie*, em que o suprimento das necessidades públicas é definido como um dever essencial da gestão do Estado (1964, p. 262). Ora, as necessidades que servem de fundamento às sociedades não são sempre as mesmas, pois se alteram ao longo do tempo devido às especificidades que configuram as condições concretas de existência dos povos, algo que o genebrino levou em conta, de vários modos, nas suas discussões posteriores sobre os princípios do direito político e suas possibilidades de aplicação em legislações adequadas a cada Estado¹⁴. Essa sensibilidade ao contexto, inerente às ideias de Rousseau, nos impõe abarcar o fato de que, atualmente, as necessidades de nossa sociedade são profundamente ligadas aos avanços científicos e tecnológicos ocorridos sobretudo nos últimos dois séculos. Vivemos na era pós-Revolução Industrial e em um cenário no qual as tecnologias digitais, para não falar da inteligência artificial, avançam inexoravelmente todos os dias. Portanto, os resultados desses

para julgar com segurança é preciso conhecê-las todas, pois uma só que não se conhecesse poderia, em certos casos desconhecidos aos espectadores, mudar o efeito daquelas que se conhecesse. [...] Mas qual é o mortal que conhece todas as leis da natureza?” (1964, p. 738). O que Rousseau salienta aí é o alcance do conhecimento humano sobre os fenômenos naturais, e que ele era constantemente ampliado pelos avanços nos estudos científicos e nas invenções técnicas, os quais propiciavam inúmeras descobertas cujos efeitos práticos pareciam prodígios sobrenaturais aos olhos dos ignorantes acerca dos princípios sobre os quais funcionavam. Portanto, ele conclui que se deveria ter muito mais cautela ao afirmar a ocorrência de eventos miraculosos, pois os “progressos passados, presentes e futuros da indústria humana” mostravam que “os diversos limites que os povos dão à ordem do possível” dependem de eles serem “mais ou menos esclarecidos, e que “tudo nos prova que não podemos conhecer esses limites” (Rousseau, 1964, p. 744). É uma advertência relevante ainda para a nossa época.

¹³ Tal como a crença de que os avanços nas ciências e nas artes sempre levam ao aprimoramento da sociedade, por exemplo. Conforme Luiz Roberto Salinas Fortes, Rousseau denuncia a “ideologia filosófica” de seu tempo, assim como a filosofia como “ideologia específica de uma casta particular”, e seu “combate contra ela, cujo recurso principal é o paradoxo, assume a forma de um combate contra o preconceito dominante entre os letrados. Daí a presença, em todos os textos de Rousseau, de uma *démarche* eminentemente hiperbólica. É preciso recorrer ao paradoxo contra o preconceito, pois o seu portador deve ser submetido a um tratamento de choque. Qual o preconceito ou a ‘ideologia’ dominante neste século ‘ilustrado’? Pode ser enunciado em poucas palavras: o progresso das ‘luzes’ salvará necessariamente o gênero humano. Mas não seria esta opinião uma perigosa e desastrosa mitologia?” (1997, p. 93).

¹⁴ Como no *Contrato Social* (sobretudo na segunda metade do livro II e no livro III) e nas obras posteriores sobre Estados concretos, isto é, as *Cartas escritas da montanha*, o *Projeto de constituição para a Córsega* e as *Considerações sobre o governo da Polônia*. Outro exemplo desse tipo de abordagem aparece na escolha dos espetáculos e divertimentos mais adequados ao caráter nacional de cada povo, assunto discutido por Rousseau na *Carta a d’Alembert*.

conhecimentos científicos e suas aplicações já não são meras comodidades supérfluas das quais poderíamos abrir mão – pelo menos não sem mudar radicalmente nosso modo de vida –, pois eles são constitutivos em áreas básicas como a produção de alimentos, o atendimento de saúde, os transportes de pessoas e bens, as comunicações, a educação, entre outras. E se cabe ao governo e às leis suprir a segurança e o bem-estar dos cidadãos, essa tarefa exige que haja, por um lado, políticas públicas voltadas a fomentar o desenvolvimento científico imprescindível para que a população se beneficie dele nos diversos âmbitos mencionados acima; e, por outro lado, que os indivíduos engajados na produção e difusão acadêmica do conhecimento tenham a oportunidade de contribuir com isso não apenas atuando em suas respectivas áreas, mas também participando da elaboração dessas políticas. Desse modo, a política e a ciência não estarão em campos opostos, mas atuarão em conjunto para encontrar soluções que atendam ao bem público de formas eficientes, sem estarem ambas pautadas unicamente em interesses particulares.

Ademais, embora a constituição de nosso Estado seja formalmente a de uma república democrática, na escala de referência dos princípios políticos rousseauianos ainda estamos longe do ideal de liberdade e igualdade cujos parâmetros foram traçados no *Contrato Social*. Assim, vivemos em condições em que, para retomar os argumentos de Strauss, os males vigentes – sociais, econômicos, governamentais – exigem um enfrentamento para o qual os saberes acadêmicos são de grande relevância. No início de sua principal obra política, vale lembrar, Rousseau justifica sua escrita na ciência do direito político afirmando que é dever do cidadão se instruir sobre os assuntos públicos para exercer seus direitos (1964, p. 353), e mais adiante reforça que o povo precisa estar bem informado para deliberar em vista da vontade geral (1964, p. 371). Logo, as ciências – em sua ampla gama de áreas – e a filosofia também podem dar subsídios à instrução e ao esclarecimento dos cidadãos, combatendo igualmente os preconceitos e a desinformação que têm produzido efeitos tão maléficos em nossos dias¹⁵. Novamente, tal tarefa não se trata de produzir meros ornamentos do espírito, mas de cuidar de necessidades concretas das pessoas, dado que notícias falsas e manipulações ideológicas veiculadas nas mídias sociais têm o potencial de custar até mesmo vidas, como se viu durante os anos da pandemia da COVID 19. Assim, na medida em que o próprio Rousseau nos alerta

¹⁵ A análise crítica de Rousseau acerca dos erros de se misturar certas crenças religiosas com os fundamentos da política, desenvolvida em diversos momentos do *Contrato Social* – a justificação bíblica para a suposta origem patriarcal da autoridade política (livro I, capítulo 2); o dever de obediência inquestionável mesmo aos maus governantes (livro I, capítulo 3); a sobreposição de mandamentos religiosos aos deveres civis (livro IV, capítulo 8) – é especialmente relevante e instrutiva para o enfrentamento de discursos atuais de viés conservador que tentam solapar as bases da laicidade do Estado democrático.

sobre os riscos que as ciências correm quando seu santuário é tomado por uma “população indigna” de se aproximar dele (1964, p. 29), podemos transportar sua advertência para nossos dias no tocante àqueles que manipulam a difusão do conhecimento científico de acordo com seus interesses pessoais, a fim de dar ares de veracidade a todo tipo de opinião sem base factual.

1.2 **Mercier: o progresso científico e tecnológico em uma utopia futurista**

Podemos passar agora a alguns apontamentos sobre a obra de Mercier. Se Rousseau nos ofereceu uma visão crítica de sua época contrastando-a com as virtudes de povos do passado, e levantou a questão de como as ciências e as artes poderiam ser benéficas desde que houvesse uma gestão política apropriada a guiá-las nessa direção, Mercier empreendeu sua crítica do presente com os olhos voltados para o futuro, isto é, para um tempo imaginado, via literatura, que poderia ser trazido à realidade pelos esforços de pessoas guiadas pelos ideais das Luzes¹⁶. Nesse sentido, no século XXV as ciências e a tecnologia seriam aliadas a objetivos políticos e morais para o benefício da sociedade. Paris é retratada como um local racionalmente gerido, com um trânsito bem organizado, ruas limpas, fornecimento de água potável, iluminação pública e segurança para todos. Essa capital não somente foi transformada em um ambiente saudável para seus muitos habitantes, como também se mostrava um exemplo de consciência ecológica *avant la lettre*, na medida em que os telhados de suas construções foram convertidos em espaços onde o verde podia se espalhar para conviver com as construções. Assim, o “alto de cada casa apresentava um terraço semelhante, de modo que os telhados, todos de uma altura igual, formavam juntos um vasto jardim, e a cidade, vista do alto de uma torre, era coroada de flores, de frutos e de vegetação” (Mercier, 1771, p. 40), nos diz o narrador. Esses aprimoramentos na infraestrutura urbana foram acompanhados por outros avanços tão ou mais impressionantes na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, pois o “espírito de pesquisa” e o “estudo aprofundado” impulsionaram a medicina e a higiene à descoberta da cura para a maioria das doenças – tais como a pneumonia, a tuberculose, a hidropisia e a sífilis –, e até mesmo popularizaram a prática da inoculação preventiva¹⁷, precursora das campanhas de vacinação tão comuns nos dias de hoje,

¹⁶ Para uma análise mais detalhada sobre as características do regime político imaginado por Mercier para sua França do futuro, ver Moscateli (2023).

¹⁷ Percebe-se que o elogio da medicina feito por Mercier advinha dos benefícios concretos trazidos por ela para a saúde do povo, ao passo que a desconfiança de Rousseau em relação aos médicos devia-se ao fato de ele não ver tais benefícios em seu próprio tempo. Conforme escreve na *Resposta a Bordes*: “Basta considerar as contínuas inquietações dos médicos e dos anatomistas com a vida e a saúde deles, para saber se os conhecimentos servem para nos tranquilizar acerca de nossos perigos. Como eles nos revelam muito mais perigos do que meios para nos resguardar deles, não é de admirar que apenas aumentem nossos alarmas e nos tornem pusilânimes” (Rousseau,

e que, como é relatado na história, também precisou enfrentar os preconceitos da época para ser aceita.

Na França futurista de Mercier, evidencia-se que o patrocínio do Estado às artes e aos conhecimentos úteis ao bem público começava pela própria dedicação que o rei lhes prestava¹⁸:

Retornou o tempo feliz em que os homens poderosos, os quais têm nas mãos os recursos necessários às experiências, lisonjeados pela glória de fazer descobertas importantes para o gênero humano, esforçam-se para levar as ciências ao grau de perfeição a que seus olhares e seu zelo visavam. Os mais consideráveis da nação fazem sua opulência servir para arrancar da natureza os seus segredos, e o ouro, outrora germe do crime e garantia da ociosidade, serve à humanidade e enobrece seus trabalhos (Mercier, 1771, p. 249).

Assim, ao invés de financiar os projetos dos governantes de aumentar seus territórios por meio da guerra, os recursos públicos “são usados para aumentar as verdadeiras riquezas, para fazer servir o gênio e a indústria, para dobrar suas forças, para completar sua felicidade” (Mercier, 1771, p. 256). Entre os diversos estabelecimentos nos quais o povo podia testemunhar os resultados desses esforços, o Gabinete do Rei era o mais notável de todos, pois suas amplas alas forneciam uma espécie de “resumo do universo” aos visitantes, como se lia em seu frontispício, pois abarcavam exposições sobre todos os tipos de animais, plantas e minerais. Elas não eram arbitrariamente dispostas, e sim organizadas de forma condizente com a grande escala dos seres, o que destacava as relações causais e as tornava mais inteligíveis, demonstrando a enorme capacidade do ser humano para o conhecimento da natureza. Quanto mais o narrador de Mercier percorre os corredores desse edifício, mais se revela o otimismo do autor pelos progressos científicos e suas aplicações, que incluíam desde a redescoberta dos segredos de certas técnicas e materiais da Antiguidade¹⁹, até a criação de máquinas potentes para aliviar o fardo do trabalho humano, além de novos dispositivos óticos²⁰ e acústicos capazes de verdadeiras maravilhas e comparáveis aos que, de fato, foram inventados nos últimos séculos.

1964, p. 92).

¹⁸ O rei praticava a medicina, a cirurgia e as artes.

¹⁹ Como diz um dos cidadãos do século XXV, “Possuímos atualmente, assim como os antigos, o vidro maleável, as pedras especulares, a púrpura tília que tingia as vestes dos imperadores, o espelho de Arquimedes, a arte dos embalsamamentos dos egípcios, as máquinas que levantaram seus obeliscos, o material da mortalha na qual os corpos eram consumidos em cinzas sobre a pira, a arte de fundir as pedras, as lâmpadas inextinguíveis e até o molho ápio” (Mercier, 1771, p. 261).

²⁰ No gabinete de ótica, diz o narrador, “se tinha conseguido reunir todos os eventos da luz. Era uma magia perpétua. Fizeram passar diante de meus olhos paisagens, pontos de vista, palácios, arco-íris, meteoros, figuras luminosas, mares que não existiam, e me apresentaram uma ilusão mais impressionante do que a própria verdade. O espetáculo da criação, que nasceu em um piscar de olhos, não teria me proporcionado uma sensação mais viva e deliciosa” (Mercier, 1771, p. 263).

Tais avanços, é necessário ressaltar, estavam vinculados aos objetivos moralmente orientados dessa sociedade utópica, como Mercier aponta em diversas ocasiões. Uma via para investigar isso é enfocando a educação dada aos futuros cidadãos. O narrador é informado de que tão logo as crianças “atingem a idade do raciocínio”, a *Enciclopédia* – ou melhor, uma versão abreviada dos volumes editados por Diderot e d’Alembert no século XVIII – lhes é dada como livro elementar para sua formação (Mercier, 1771, p. 58). Dessa maneira, desde cedo as ciências e as artes lhes são apresentadas de modo ordenado para nutrir suas mentes, e algumas delas têm um papel especial, como a álgebra e a física, pois a primeira acostuma “o espírito a ver as coisas rigorosamente tais como elas são”, mediante “ideias verdadeiras e refletidas” (Mercier, 1771, p. 63), ao passo que a segunda é a “chave da natureza” cujo conhecimento aprofundado “livra-as de uma infinidade de erros, e a massa informe dos preconceitos cede à luz pura que ela difunde sobre todos os objetos” (Mercier, 1771, p. 67)²¹. E em complemento a essa educação, Mercier imagina uma interessante cena pedagógica descrita como sendo o rito de primeira comunhão dos jovens. Em vez da antiga cerimônia do catolicismo, em que o fiel participa pela primeira vez do mistério sagrado da eucaristia, o ato narrado por Mercier é um no qual os instrumentos tecnológicos servem de mediadores para uma experiência não apenas cognitiva sobre a natureza, mas também com importantes repercussões morais. Assim, em uma noite de céu aberto, o jovem é levado até um observatório astronômico, onde o telescópio lhe revela o “abismo do infinito” (Mercier, 1771, p. 132) na imensidão dos planetas e das estrelas. O objetivo é lhe mostrar a grandiosidade de um universo bem-ordenado pelas leis de seu divino criador. Nesse momento, um pastor o instiga à reverência por todos esses prodígios, dentro dos quais o ser humano tem uma posição privilegiada por sua faculdade de perceber e sentir as obras augustas diante de seus olhos. O objetivo da evocação do divino nessa fala não é, certamente, inspirar o medo de forças sobrenaturais, e sim o de levar o jovem ao desejo de conhecer a natureza, em todas as suas impressionantes manifestações, como parte de um desígnio inteligente²². Em seguida,

²¹ Rousseau sempre foi mais cauteloso em relação ao ensino das ciências às crianças, como se vê não apenas no *Primeiro Discurso*, mas principalmente no *Emílio*. Embora seu aluno imaginário adquira uma formação em ciências com o auxílio do preceptor, ela deve aguardar pelo momento adequado em que o intelecto está preparado, e também precisa ocorrer mais pela experiência do que pela teoria: “A idade serena da inteligência é tão curta, passa tão rapidamente, tem tantos outros usos necessários, que seria loucura querer que ela baste para tornar sábia uma criança. Não se trata de lhe ensinar as ciências, e sim de lhe dar o gosto para amá-las e métodos para aprendê-las, quando esse gosto estiver mais bem desenvolvido. Eis, mui certamente, um princípio fundamental de toda boa educação” (Rousseau, 1969, p. 436).

²² Ecoam nas palavras de Mercier as que Rousseau e outros pensadores das Luzes emitiram acerca da concepção de uma natureza organizada pela sabedoria de um “Deus relojoeiro”. No livro IV do *Emílio*, após expressar as muitas dúvidas que o assolaram, o vigário saboiano descreve sua contemplação do mundo natural e como a organização nela reinante o fazia crer na existência de uma vontade poderosa e sábia: “Eu julgo a ordem do

após a comunhão com o imensamente grande, o jovem realiza uma nova comunhão, dessa vez com o imensamente pequeno cuja visão lhe é facultada pelo microscópio. Tal vislumbre lhe revela outras nuances da inesgotável complexidade das formas de vida existentes, o que o faz se encher de admiração e também de humildade perante o reconhecimento do lugar que o ser humano ocupa na ordem das coisas, diz o narrador:

O rapaz emocionado, admirado, conserva a impressão dupla que recebeu quase no mesmo instante. Ele chora de alegria, não consegue saciar sua ardente curiosidade. Ela se inflama a cada passo que dá nesses dois universos. [...] Como esse telescópio estende e amplia suas ideias, as torna dignas de um habitante deste universo espantoso! Ele se cura da ambição terrestre e dos pequenos ódios que ela gera. Preza todos os homens animados pelo mesmo sopro da vida, é o irmão de tudo o que o Criador tocou (Mercier, 1771, p. 134-135).

Portanto, essa comunhão com os dois infinitos, embasada na ciência e na tecnologia que dão um alcance ampliado ao olhar humano, se presta igualmente a uma formação moral e, por extensão, também política²³, cuja lição se assemelha, em certo sentido, àquela que o jovem Emílio, o aluno fictício de Rousseau, deve aprender mediante as preleções do vigário saboiano. Passando de suas considerações sobre a natureza para as que abarcam a moralidade, o vigário admite que não é tão simples definir a virtude como um amor pela ordem, nem por que deveríamos buscá-la, e que até mesmo o homem vicioso pode dizer que ama a ordem à sua própria maneira. Porém, completa o personagem, a “diferença é que o bom ordena a si mesmo em relação ao todo, e o mau ordena o todo em relação a si. Este faz de si o centro de

mundo, embora ignore a sua finalidade, porque para julgar essa ordem me basta comparar as partes entre si, estudar suas convergências, suas relações, observar sua harmonia. Ignoro porque o universo existe, mas não deixo de ver como ele é modificado; não deixo de perceber a íntima correspondência pela qual os seres que o compõem se prestam um auxílio mútuo. Eu sou como um homem que visse, pela primeira vez, um relógio aberto e não deixasse de admirar seu engenho, embora não conhecesse o uso da máquina, embora não tivesse visto o mostrador. Não sei, poder-se-ia dizer, para que serve o conjunto; mas vejo que cada peça é feita para as outras; admiro o artesão no detalhe de sua obra e tenho certeza de que todas essas engrenagens somente funcionam assim juntas para um fim comum que me é impossível perceber. [...] Comparemos os fins particulares, os meios, as relações ordenadas de toda espécie, depois escutemos o sentimento interior. Que espírito sadio pode se recusar a seu testemunho? A que olhos não enviesados a ordem sensível do universo não anuncia uma suprema inteligência? E quantos sofismas não é preciso juntar para ignorar a harmonia dos seres e a admirável convergência de cada peça para a conservação das outras?” (Rousseau, 1969, p. 578-579).

²³ No capítulo sobre o Gabinete do Rei, o narrador da história é apresentado a dispositivos que conseguiam reproduzir fielmente os sons naturais, tanto os da voz humana quanto os dos animais. Eles podiam ser usados para produzir as melodias agradáveis dos cantos dos pássaros em uma floresta, mas também serviam a outros fins de educação moral dos futuros governantes, ainda que por um método de dissuasão psicológica antecipador das técnicas de reforço negativo do *behaviorismo* mais radical: “Esse povo, que tinha sempre um objetivo moral até mesmo nos prodígios de uma arte curiosa, soubera tirar proveito de sua inventividade profunda. Tão logo um jovem príncipe falava de combates ou se inclinava para alguma paixão belicosa, era conduzido a uma sala que se tinha apropriadamente nomeado como *o inferno*. No mesmo momento, um maquinista colocava em movimento os mecanismos habituais, e se produziam em seu ouvido todos os horrores de um combate corporal, os gritos da raiva e os da dor, os clamores lamentosos dos moribundos, os sons do terror, os estrondos do trovão, sinal da destruição, voz execrável da morte. Se a natureza não se levantava, então, em sua alma, se ele não lançava um grito de horror, se sua face permanecia calma e imóvel, era encerrado dentro dessa sala pelo resto de seus dias. Mas a cada manhã tinha-se o cuidado de lhe repetir esse excerto musical, a fim de que ele se contentasse, ao menos, sem que a humanidade sofresse por isso” (Mercier, 1771, p. 265-266).

todas as coisas; o outro mede seu raio e se mantém na circunferência. Então, ele é ordenado em relação ao centro comum, que é Deus, e em relação a todos os círculos concêntricos, que são as criaturas” (Rousseau, 1969, p. 602). Dessa maneira, percebe-se que tanto na obra de Rousseau quanto na de Mercier, o conhecimento de como o universo se organiza é introduzido em um momento propício da educação dos jovens, com o intuito de lhes dar mais do que um saber científico sobre a natureza, pois lhes ensina a ponderar melhor seus interesses e a moderar suas paixões quando conseguem se afastar do egocentrismo em vista de algo maior. Em outro contexto, a saber, o da política, é essa abertura para considerações mais abrangentes acerca da sociedade que torna possível o reconhecimento da igualdade cívica nos moldes das repúblicas idealizadas por Rousseau e por Mercier. Mais especificamente na perspectiva do *Contrato Social*, ela é essencial para a formação e a manifestação da vontade geral, na qual o interesse bem compreendido do cidadão está ligado à sua capacidade de entender que suas demandas justas são as que estão em acordo com as dos demais membros de sua comunidade, naquilo que eles compartilham como partícipes de um todo maior que é um Estado republicano bem-ordenado.

No entanto, isso não é tudo o que o capítulo de Mercier sobre os dois infinitos propõe à reflexão sobre o papel das ciências para o bem público. Em uma nota de rodapé, na qual fala não como o narrador da viagem fictícia ao ano 2440, mas como um escritor do século XVIII comentando sua própria época, ele afirma que o “telescópio é o canhão moral que deixou em ruínas todas as superstições, todos os fantasmas que atormentavam a raça humana. Parece que nossa razão se engrandeceu à proporção do espaço imensurável que nossos olhos descobriram e percorreram” (Mercier, 1771, p. 131). Tais palavras, é verdade, exprimem mais um desejo de esclarecimento da humanidade do que propriamente a descrição de um fato consumado, e manifestam o otimismo filosófico do autor acerca do potencial emancipatório do conhecimento. Vale lembrar que Mercier buscou criar uma imagem de si na qual ele não apenas teria sido um visionário da Revolução de 1789, como também um de seus causadores, dada a influência que o conteúdo de *O Ano 2440* teria provocado em seus leitores, com sua “predição” sobre diversas mudanças vindouras na sociedade francesa, tanto na política quanto nos costumes²⁴. Assim, quando sua obra de ficção futurista louva os avanços científicos e

²⁴ Ver o “Novo discurso preliminar” adicionado primeiramente à edição de *O Ano 2440* publicada em 1799: “Sem forçar o sentido, e de uma maneira clara e precisa, eu expus sem equívoco uma predição que abarcava todas as mudanças possíveis, desde a destruição dos parlamentos, da nobreza e do clero, até a adoção do chapéu redondo. Jamais uma predição, eu ousou dizer, foi mais próxima do acontecimento, e foi, ao mesmo tempo, tão

tecnológicos na qualidade de propiciadores de novos horizontes morais e políticos, pode-se interpretar tal “predição” como um esforço do autor para tornar reais essas transformações, mesmo que fosse preciso um tempo considerável para a efetivação de todas elas. Sem dúvidas, esse tipo de otimismo já recebeu severas críticas de pensadores contemporâneos cujas obras denunciam os usos exploratórios e opressivos que foram dados a esses mesmos avanços, mormente no contexto do capitalismo avançado²⁵. Por outro lado, em seu contexto, Mercier tinha motivos para acreditar que as “luzes” da razão e da ciência constituíam apoios essenciais para a superação de preconceitos danosos à sociedade.

Muito embora as esperanças e assertivas do autor nesse sentido talvez pareçam ingênuas aos olhos de hoje, não deixa de ser notável a semelhança entre elas e os esforços empreendidos por um dos maiores divulgadores científicos de nossa época, o astrônomo Carl Sagan. Pode-se reconhecer neles o mesmo anseio por nos livrar dos terrores que ainda são causados pela ignorância quanto aos fenômenos da natureza. Sagan apontou o papel fundamental da “ciência como uma luz brilhando nas trevas”²⁶ de antigas e novas superstições, e nos convidou a explorar as maravilhas do universo como um caminho para dissipar as mistificações que obscurecem nossa percepção das coisas. Na abertura de sua famosa série televisiva da década de 1980, em que a tecnologia proporciona aos espectadores acompanhar as viagens fantásticas da “nave da imaginação”, ele se referiu à contemplação do cosmos como algo que produz sensações intensas frente ao espetáculo sublime que se desenrola diante de nossa visão – “um arrepio na espinha, um embargo na voz, uma sensação

detalhada sobre a espantosa série de todas as metamorfoses particulares. Eu sou, portanto, o verdadeiro profeta da revolução” (Mercier, 1801, p. ii).

²⁵ Entre tais pensadores, os ligados à chamada Teoria Crítica – Adorno, Horkheimer, Benjamin, Marcuse e Habermas, principalmente – destacam-se por suas profundas análises acerca do uso instrumental da razão que viabiliza diversas formas de dominação sobre a natureza e os seres humanos mediante mecanismos mais sofisticados de controle técnico-científico e ideológico. Uma boa síntese dessa problemática encontra-se no capítulo “O conceito de esclarecimento” da obra *Dialética do esclarecimento*, de Adorno e Horkheimer: “Apesar de seu alheamento à matemática, Bacon capturou bem a mentalidade da ciência que se fez depois dele. O casamento feliz entre o entendimento humano e a natureza das coisas que ele tem em mente é patriarcal: o entendimento que vence a superstição deve imperar sobre a natureza desencantada. O saber que é poder não conhece nenhuma barreira, nem na escravização da criatura, nem na complacência em face dos senhores do mundo. Do mesmo modo que está a serviço de todos os fins da economia burguesa na fábrica e no campo de batalha, assim também está à disposição dos empresários, não importa sua origem. Os reis não controlam a técnica mais diretamente do que os comerciantes: ela é tão democrática quanto o sistema econômico com o qual se desenvolve. A técnica é a essência desse saber, que não visa conceitos e imagens, nem o prazer do discernimento, mas o método, a utilização do trabalho de outros, o capital. As múltiplas coisas que, segundo Bacon, ele ainda encerra nada mais são do que instrumentos: o rádio, que é a imprensa sublimada; o avião de caça, que é uma artilharia mais eficaz; o controle remoto, que é uma bússola mais confiável. O que os homens querem aprender da natureza é como empregá-la para dominar completamente a ela e aos homens. Nada mais importa. Sem a menor consideração consigo mesmo, o esclarecimento eliminou com seu cautério o último resto de sua própria autoconsciência” (1985, p. 20).

²⁶ Esse é, aliás, o subtítulo de uma das obras mais conhecidas de Sagan, *O mundo assombrado pelos demônios* (1996).

de fraqueza, como a memória distante da queda de uma grande altura. Sabemos que estamos diante do maior dos mistérios” (Sagan, 1980, p. 4) –, tais como aquelas que os jovens da utopia de Mercier são levados a experimentar em sua primeira comunhão com os dois infinitos. O astrônomo também reconhece o quanto ainda estamos engatinhando nas “margens do oceano cósmico” em termos de nossos conhecimentos sobre o universo, o que, por um lado, coloca em perspectiva a relevância da maioria de nossas preocupações, e, por outro, nos instiga prosseguir em busca de um saber mais amplo a esse respeito:

A extensão e a idade do cosmos estão além da compreensão normal humana. Perdido em algum lugar entre a imensidão e a eternidade fica o minúsculo planeta que é nosso lar. [...] Porém, nossa espécie é jovem, curiosa e valente, e demonstra ser muito promissora. Nos últimos poucos milênios, fizemos as mais espantosas e inesperadas descobertas sobre o cosmos e nosso lugar nele, em explorações de tirar o fôlego. Elas nos fazem lembrar que os humanos evoluíram se fazendo perguntas, que a compreensão é uma alegria, que o conhecimento é um pré-requisito para a sobrevivência. Acredito que nosso futuro depende de quão bem vamos conhecer esse cosmos, no qual flutuamos como um grão de poeira no céu matinal (Sagan, 1980, p. 4).

Essas palavras de Sagan nos recordam o quanto as expectativas de Mercier ainda estão longe de ser realizadas, pois há um trabalho emancipatório contínuo que a ciência deve desempenhar contra velhos e novos preconceitos. Nesse sentido, ela pode nos ajudar a compreender os perigos de movimentos antivacinas que prejudicam a saúde pública, de negacionismos climáticos que adiam medidas urgentes para a preservação da vida na Terra, de discursos fundamentalistas emitidos por autoridades políticas e religiosas que propagam a desinformação para atingir seus projetos de poder, e até mesmo das crenças ingênuas sobre a suposta imparcialidade das inteligências artificiais cujos algoritmos, cada vez mais, regem aspectos basilares de nosso cotidiano a partir de vieses discriminatórios de classe, raça e gênero²⁷. Afinal, como ressalta Sagan,

A ciência nos convida a acolher os fatos, mesmo quando eles não se adequam às nossas concepções. Ela nos aconselha a manter hipóteses alternativas em nossas mentes e ver quais se encaixam melhor aos fatos. Ela nos impõe um delicado equilíbrio entre uma abertura sem barreiras a novas ideias, por mais heréticas que sejam, e o mais rigoroso exame cético de todas as coisas – das novas ideias e da sabedoria estabelecida. Esse tipo de pensamento também é uma ferramenta essencial para a democracia em uma era de mudanças (1987, p. 35).

Por isso, complementa o astrônomo, cultivar bem a ciência é tão importante para nosso engajamento político como cidadãos, pois “[q]uando nos esquivamos dela porque nos parece difícil demais (ou porque fomos muito mal ensinados), abrimos mão da habilidade de nos encarregarmos de nosso futuro. Ficamos privados de direitos. Nossa autoconfiança desmorona” (Sagan, 1987, p. 36).

²⁷ A esse respeito, ver a coletânea de artigos publicada pela revista *Philosophos* (Goiânia, UFG) em sua edição v. 29/n. 1 de 2024, dedicada a temáticas de Ciência, Técnica e Tecnologia.

A sabedoria das palavras de Sagan, junto com seu engajamento político aliado à atuação como cientista e professor de diversas universidades, nos remete novamente ao tema dos acadêmicos e seu papel na sociedade. Em *O Ano 2440*, a Academia Francesa aparece na narrativa, reformulada em sua composição e nas práticas de seus membros. No quadro delineado por Mercier, se no século XVIII os acadêmicos eram indivíduos ambiciosos à procura da glória obtida ao agradarem o público seguindo as modas e os preconceitos da época, os acadêmicos do futuro desprezavam essas falsas honras e se devotavam à busca genuína da verdade para ajudar no esclarecimento de seus concidadãos. E no capítulo sobre os “homens de letras”, ao se referir a todos aqueles indivíduos que se dedicam a fazer avançar o conhecimento, o autor demonstra com veemência sua confiança no trabalho que eles poderiam cumprir para bem público:

Não é aos monarcas mais poderosos, nem aos príncipes mais ricos, nem aos governantes particulares de uma nação, que a maior parte dos Estados deve seu esplendor, sua força e sua glória. São pessoas comuns que fizeram progressos espantosos nas artes, nas ciências, na própria arte de governar. Quem mediu a Terra? Quem descobriu o sistema celeste? Quem colocou em movimento as curiosas manufaturas que vestem as nações? Quem escreveu a história natural? Quem perscrutou as profundezas da química, da anatomia e da botânica? Mais uma vez, foram pessoas comuns. Aos olhos dos sábios, elas devem eclipsar os supostos grandes, anões orgulhosos que só se alimentam de sua própria vaidade (Mercier, 1771, p. 225).

Portanto, conclui Mercier, tais pessoas são superiores em mérito na comparação com quem possui autoridade sem utilizá-la para beneficiar o povo, e são elas que também nos conclamam, mediante sua “voz poderosa”, a ousar investigar com clareza sobre todas as coisas: “*Bane esse preconceito imbecil, pensa de uma maneira mais elevada, rebaixa aquilo que loucamente respeitaste, e respeita aquilo que rebaixaste por ignorância. Aproveita tuas tolices passadas para conhecer melhor os direitos do homem*” (1771, p. 225).

2. CONCLUSÃO

Chegando ao fim deste texto, algumas observações são necessárias a partir do que foi exposto. Ao aproximar as obras de Rousseau e Mercier, a intenção não foi desconsiderar nem subestimar as diferenças importantes que existem entre elas. O filósofo genebrino não compartilhava do tipo de otimismo que Mercier expressou quanto ao futuro que o progresso das Luzes poderia trazer, é verdade, e não deixou de mostrar um acentuado ceticismo, baseado em sua interpretação filosófica da história, acerca das possibilidades de se fazer convergir as ciências e as artes com as virtudes próprias de uma sociedade moral e politicamente bem-ordenada. Entretanto, mesmo no interior de seu texto mais crítico sobre esse problema, Rousseau nos ofereceu uma perspectiva política dentro da qual elas poderiam

ser levadas a confluir em prol do interesse público, pelo menos dentro de certos limites. Assim, tal como em relação a outros elementos que moldam a maneira de ser dos povos, formando seus costumes e suas opiniões²⁸, o autor demanda que se tenha cautela diante das consequências sociais que o cultivo de certos saberes e técnicas pode ocasionar, não para que se abra mão completamente dele, mas para se ter clareza sobre os benefícios e os riscos potencialmente envolvidos. Trata-se, pois, de uma reflexão ainda válida para fazermos no tocante aos saltos tecnológicos cada vez mais espantosos que temos testemunhado. Por um lado, eles parecem ter ultrapassado em muito as expectativas do autor de *O Ano 2440*, mas, por outro, continuam nos colocando o mesmo desafio de como balancear bem seus impactos sociais e ecológicos. Se Mercier descreveu um futuro utópico no qual ciências e tecnologias são essenciais para melhorar as condições de vida das pessoas – tal como se espera delas atualmente –, não podemos esquecer que sua obra é a narrativa de um sonho sobre o que pode vir a ser, e os sonhos não se realizam por si sós. Eles apontam caminhos baseados em nossas aspirações, e por mais “proféticos” que possam parecer, requerem escolhas e ações conscientes para que, em alguma medida, sejam viáveis, e também para que a sua concretização não transforme em pesadelos os resultados que se desejava alcançar. Por isso é fundamental o olhar crítico que as obras de Rousseau e Mercier nos incitam a praticar como cidadãos, pensando junto com eles, e para além deles, no enfrentamento dos preconceitos que nos assombram.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- APOSTOLIDÈS, Jean-Marie. **O rei-máquina**: espetáculo e política no tempo de Luís XIV. Trad. Claudio Cesar Santoro. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.
- DARNTON, Robert. Fantasia utópica. In: **Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária**. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 131-152.
- GOLDSCHMIDT, Victor. **Anthropologie et politique**: les principes du système de Rousseau. 2. ed. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1983.
- MERCIER, Louis-Sébastien. **L'an deux mille quatre cent quarante**: rêve s'il en fut jamais. Londres: [s.n.], 1771.

²⁸ Isto é, aquilo em que consiste “a verdadeira constituição do Estado” (Rousseau, 1964, p. 394), como se lê no final do livro II do *Contrato social*.

MERCIER, Louis-Sébastien. **De J.-J. Rousseau considéré comme l'un des premiers auteurs de la Révolution**. Paris: Buisson, 1791. T. 1.

MERCIER, Louis-Sébastien. **L'an deux mille quatre cent quarante; suivi de L'homme de fer**. Paris: Lepetit & Gerard, 1801. T. 1.

MORE, Thomas. **Utopia**. Trad. Anah de Melo Franco. Brasília: Editora UnB; IPRI, 2004.

MOSCATELI, Renato. República mista e transparência política em *O Ano 2440*: a utopia futurista de Mercier. **Philósophos**, Goiânia, v. 28, n. 1, p. 1-41, jan./jun. 2023.

PLATÃO. **A República**. Trad. Anna Lia Amaral de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ROUSSEAU, J.-J. **Œuvres complètes**. Paris: Gallimard, 1964. V. 3.

ROUSSEAU, J.-J. **Œuvres complètes**. Paris: Gallimard, 1969. V. 4.

SAGAN, Carl. **Cosmos**. Nova York: Random House, 1980.

SAGAN, Carl. **The Demon-Haunted World: science as a candle in the dark**. Londres: Headline, 1987.

SALINAS FORTES, Luiz Roberto. **Paradoxo do espetáculo: política e poética em Rousseau**. São Paulo: Discurso Editorial. 1997.

STAROBINSKI, Jean. **Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo**. Trad. Maria L. Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

STAROBINSKI, Jean. **As máscaras da civilização**. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

STRAUSS, Leo. On the intention of Rousseau. **Social Research**, v. 14, n. 4, p. 455-487, 1947.